

## As mil e uma faces da censura de ontem até hoje

Jean-Yves Mollier<sup>1</sup>

Universal e atemporal, a censura parece não ter poupado nenhuma sociedade, à semelhança do tabu do incesto, cuja onipresença no tempo e no espaço foi evidenciada pelos antropólogos. No Ocidente, foi registrada oficialmente pela primeira vez em Roma, no ano 443 antes de Cristo, quando censores começaram a policiar os costumes, castigando severamente as indevidas mudanças de status com a sentença de *ignominia*. O desejo de pertencer a casta diferente daquela na qual se nascia tinha consequências sociais tão devastadoras quanto na Índia. O castigo que se abatia sobre o transgressor era uma clara manifestação da abrangência do poder, agindo sobre cidadãos de uma República sustentada pelo trabalho escravo e alicerçada nesta separação entre categorias de cens profundamente desiguais. No século 13, enquanto o cristianismo ganhava toda a Europa, o direito canônico acrescentou duas sanções ao *interdito* – a *suspensa* e a *excomunhão* – que baniam o condenado da comunidade dos fiéis. Para enfrentar as heresias e as ameaças de cisma que ganhavam força com a emersão da Reforma, no início do século 16, a Inquisição, braço armado da Igreja romana, lançou mão da tortura para obter as confissões dos acusados e apavorar os apóstatas.

A censura foi teorizada em 1583 pelo jurista Jean Bodin, em *A República*, sob seu duplo aspecto – estatal e romano de um lado, religioso e cristão do outro – passando a viver dias de glória com a proliferação dos conflitos que tomaram conta da Europa na divisão entre Estados católicos e protestantes. As condenações à fogueira do impressor EtienneDolet em Paris, em 1546, do grande médico e

---

<sup>1</sup>Professor emérito de história contemporânea na Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, especializado em história do livro, edição, mídias e também sobre a censura no mundo durante os séculos 18 e 19. Publicou os livros “A idade de ouro da corrupção parlamentar, 1930-1980” (Perrin, 2018), « Hachette, o gigante de asas quebradas” (L’Atelier, 2015), « Outra história das editoras francesas » (La fabrique, 2015) e « Orientação de escritores – missão impossível do frei Bethlehem no século 20 » (Fayard, 2014). Vários livros seus foram traduzidos para o espanhol e o português.



impressor Michel Servet em Genebra, em 1553, e de Giordano Bruno, em Roma, em 1600, confirmam a incapacidade de ambos os campos de tolerar a livre discussão dos fundamentos das suas religiões. O adágio humanista segundo o qual *ut librisintliberi* (onde há livros, estão os homens livres) traduz, à sua maneira, o ideal daqueles precursores da figura do intelectual. Esses pensadores reforçam as fileiras da República das Letras, que estava então se constituindo sem limites de fronteiras ou religiões, procurando libertar as mentes da superstição, do preconceito e de todos os pressupostos que fazem a força da censura. O ideal dos Iluministas despontava no horizonte, mas enfrentaria muitos obstáculos até dar à luz a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 que marca um inegável avanço na história das sociedades humanas.

Entretanto, embora a censura “de fato” tenha sido abolida na França no dia 14 de julho de 1789 e a censura “de direito” pouco depois, a corporação dos censores – com cerca de duzentos representantes na véspera do colapso do Antigo Regime – submergiria apenas por curto período. Reintroduzida no mundo da imprensa e da edição por Napoleão Bonaparte, sobreviveria no país até o voto da grande lei liberal de 29 de julho de 1881. Na área dos espetáculos – teatro, ópera, cabaré, music-hall – a suspensão do salário dos censores, em 1905, foi o que condenou à aposentadoria esses especialistas da tesoura que caçavam sem piedade a ofensa aos bons costumes – diga-se de passagem, sem nunca ter se dado ao trabalho de definir critérios do que era permitido ou vetado. Quando Victor Hugo e os Representantes do Povo eleitos na Assembleia nacional em 1849 quiseram entender de que maneira trabalhavam os censores de teatro do regime anterior, nomearam uma comissão parlamentar e ouviram os dirigentes do escritório responsável pelo monitoramento das representações teatrais. A resposta de um dos censores é digna de reflexão: confirmou a ausência de regras precisas ou de instruções normativas. Explicou apenas que, antes de tomar a decisão de autorizar, proibir ou mandar alterar uma obra teatral, perguntava-se se poderia levar a esposa e a filha para assistir ao espetáculo em questão.



O chargista André Gill resumiu admiravelmente o sorrateiro e corrosivo trabalho da censura em uma das suas charges mais famosas, publicada em pleno período de Ordem Moral no diário *L'Eclipse*, em julho de 1874. Sob o título "*Madame Anastasie*", via-se uma velha horrenda, com lentes grossas nos óculos de míope e uma corneta acústica. Carregando uma enorme tesoura e acompanhada por uma coruja, símbolo da noite, a grande sacerdotisa da castração das artes e das letras era assim apresentada como cega, surda e cometendo seus crimes nas sombras da noite. Abelardo fora castrado por amar demais Heloísa, quando a censura religiosa era onipresente na Europa. Mas a vertente política da censura não ficava atrás ao impedir a expressão de artistas e de escritores naquele século 19 que viu *Les Fleurs du Mal* de Baudelaire e *Les Mystères du peuple* de Eugène Sue serem condenados, e o autor de *Madame Bovary* severamente admoestado pela justiça. Três anos após o voto da lei de julho de 1881 que garantia a liberdade da imprensa e da edição, da livraria e da colportagem<sup>2</sup>, Louis Desprez, autor de *Autour d'un clocher - Mœurs rurales*, um pastiche do romance naturalista, seria levado à prisão parisiense de Sainte-Pélagie, morrendo poucos meses depois de ser libertado.

Outros escritores, em seguida, seriam vítimas da censura, em especial Lucien Descaves, por ter publicado *Sous'Offs*, em 1889, e Georges Darien pela publicação de *Biribi*, em 1891. O poder não admitia o menor questionamento da instituição militar, atitude que Emile Zola, por sua vez, sentiria na pele durante o caso Dreyfus, em 1898, até seu assassinato em 1902. Os jornalistas e os cantores satíricos anarquistas também foram vítimas das chamadas "leis celeradas" em 1893-1894, confirmando como era difícil tolerar a expressão de opiniões divergentes – mesmo num regime democrático como era, incontestavelmente, a Terceira República francesa. Enquanto os artistas e os homens de letras, os sindicalistas e os socialistas respeitassem uma espécie de código não escrito, cuja força residia no próprio caráter implícito, a justiça mostrava-se clemente. Mas no momento em que transpusessem a linha vermelha, procuradores civis e religiosos uniam esforços, devidamente apoiados por incontáveis ligas de moralidade e associações de "Pais

---

<sup>2</sup> Venda de livros de porta em porta

de família”. Preocupados com o respeito aos “bons costumes”, esses arautos da moral exigiam a mais severa repressão aos infratores. E assim a censura revelava sua terceira face, a censura moral; que não sairia mais de cena ao longo do século 20. Dois homens ilustram esta transformação da censura, beirando a caricatura: o senador René Béranger, apelidado de “Pai Pudor”, e o abade Bethléem, um sacerdote moralista, “constipé” – na tradução literal, “constipado”, “com prisão de ventre”<sup>3</sup>, na certa definição dos escritores surrealistas. Bethléem atuou de 1904 a 1939, e sua influência ultrapassou amplamente as fronteiras da França; vestígios de seus decretos podem ser localizados tanto em Montreal quanto em Montevideu ou no Brasil de Getúlio Vargas.

A grande revolta do final dos anos 1960 pode ter sinalizado, por algum tempo, a perda de boa parte da força da censura: parecia estar sendo aceita, por exemplo, a ousadia do Living Theatre de Julian Beck, dos MontyPython zombando da morte do Cristo na cruz em *A vida de Brian* (1979), ou dos cartunistas franceses do semanal *HaraKiri* (1960) e a seguir do *Charlie Hebdo* (1970). Mas a *fatwa* lançada sobre Salman Rushdie em 1989 e o massacre da equipe de *Charlie Hebdo* em janeiro de 2015 comprovaram que não era bem assim. Como uma fênix capaz de renascer das próprias cinzas, a censura vive períodos de recuo, mas nunca desiste de fato, alimentando-se da própria imprecisão e da recusa daqueles que a exercem em explicitar seus motivos para autorizar ou proibir um livro ou um filme. A violência sofrida nos últimos anos por todos aqueles que ousaram representar o fundador do Islã através de um desenho ou uma charge confirmou a capacidade da censura religiosa de voltar ao centro das atenções e de impor às autoridades civis a estrita observância das suas decisões. Está longe de ser exclusividade do Islã: nem o culto católico, os cultos reformados – evangélicos em especial – ou o judaísmo se furtam ao exercício da censura religiosa. Os três monoteísmos, o hinduísmo e o budismo manifestam, em graus diversos, propensões concretas ao duro castigo ao que chamam de “apostasia”, embora o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU garanta a cada pessoa o direito fundamental de professar e de mudar de religião.

---

<sup>3</sup> Seria o equivalente a *recalcado*



Ao lado dessas ressurgências de censura religiosa, moral e política, grassou no século 20 uma quarta forma de censura, mais insidiosa, mais difícil de desmascarar: a censura econômica. À semelhança das anteriores, essa modalidade visa, primeiro, a coagir as pessoas a se autocensurarem. Robert Darnton evidenciou esse processo de censura econômica em seu recente ensaio sobre a repressão à literatura erótica na França do século 18, às publicações independentistas na Índia colonizada pela Inglaterra, no século 19 e à tentativa de aliciamento dos escritores na República Democrática Alemã no século 20. Nos três casos estudados, o objetivo maior não era tanto a repressão, mas a submissão dos artistas e escritores ou pensadores às pretensões do Governo do país onde viviam. Com o mundo dominado por empresas gigantescas, cujo faturamento anual supera o orçamento da maioria dos países, a capacidade de atuação das GAFAs (Google, Amazon, Facebook, Apple) e demais *majors* não guarda relação com o que eram outrora as possibilidades de um Estado.

Por um lado, o consumidor cego ou o internauta alimentado pelas *fakenews* e inebriado pelo poder aparentemente ilimitado de impor o seu juízo, agora decide tudo; por outro, somente as empresas proprietárias das principais redes sociais, os gigantes do e-commerce, os desenvolvedores de poderosos softwares ou fabricantes de smartphones têm condições de manter o seu poder em um universo no qual o mundo descrito por Orwell em *1984* parece estar prestes a se materializar.

### **O mundo do invisível e do não-dito**

Como foi demonstrado há muito tempo pelos juristas, a censura nunca é uma medida de repressão *a posteriori*, embasada em leis claras ou portarias precisas; pelo contrário, é uma sanção aplicada de antemão, castigando quem viola códigos implícitos que alicerçam as nossas sociedades. Isso explica porque editoras e impressores sempre preferiram, no conjunto, a existência de textos objetivos definindo os seus direitos e deveres e censores a quem possam ser submetidos os

manuscritos antes da impressão dos volumes, à apreensão, obviamente onerosa, dos livros já impressos. Entre o início do século 17 e o fim do século 18, livrarias parisienses aproveitaram a proximidade com os escritórios da censura sediados em Versalhes para obter privilégios de impressão – direitos concedidos pelo Rei – numa larga vantagem em relação aos concorrentes do interior. Quando, em 1869, o imperador Napoleão III cogitou eliminar as patentes exigidas de qualquer impressor e de qualquer livreiro-editor desde 1810, os profissionais é que pediram aos chefes da polícia que fosse mantido o sistema de controle administrativo que os beneficiava, cerceando a concorrência, e que fosse postergada a instauração do mercado livre.

Embora muito espantosa, a atitude das editoras francesas em 1940 - quando o exército alemão ocupou dois terços do território nacional – manteria coerência com aquela atitude do século 19 - dada a existência de uma espécie de cultura da submissão ou da obediência ao poder, desde o século 16. Para continuar exercendo sua atividade, as editoras parisienses se mancomunaram com os escritórios da *Propagandastaffel* (a censura alemã) para redigir uma lista de autores e obras proibidos. Após a Liberação da França, esta famigerada “Lista Otto”, que demonstrei, em 2008, ter sido constituída a partir de fichas fornecidas pelos representantes das editoras Fayard, Gallimard, Grasset, Plon, PUF, Tallandier e congêneres, acabaria sendo atribuída unicamente às determinações inquisitoriais dos nazistas. Negociada pelo presidente do Sindicato Nacional da Edição, esta lista de proscrição e emasculação dos catálogos das editoras- ou seja, de sua identidade e sua alma - revelava de súbito uma sinistra realidade: para conseguir publicar debaixo do coturno alemão, as editoras francesas haviam se antecipado aos desejos das forças de ocupação. A gerente da livraria Payot de Paris, numa virulenta reprimenda, disparou: se era compreensível tirar das vitrines obras que provocariam a ira dos alemães, levando ao fechamento das suas empresas, os editores não poderiam, em hipótese alguma, entregar tal lista aos censores, mas sim, esperar que eles divulgassem os nomes dos autores malditos e os títulos das obras atrevidas para retirá-los da venda. Na precipitação em atender os anseios das autoridades da ocupação, o mundo editorial francês desonrou-se,



comprometendo o seu futuro. Felizmente, houve editores resistentes, como Vercors e Pierre de Lescure, os fundadores das *Editions de Minuit*, Louis Aragon e *laBibliothèquefrançaise*, Max-PolFouchet, Pierre Seghers e Edmond Charlot.

Esse período da história do livro e do pensamento na Europa é fecundo em ensinamentos que podemos extrapolar e observar em outras circunstâncias. Um deles: o capitão Eduard Wintermayer, que comandava os serviços da censura alemã em Paris entre 1940 e 1944, e um dos diretores da editora Tallandier haviam combinado pedir aos autores de romances para a juventude, publicados na coleção do *Livre National Bleu*, que introduzissem nas narrativas personagens positivos de origem alemã, italiana, húngara, romena ou ucraniana. Não se tratava de impor brutalmente uma ideologia, com a inserção de motes políticos para adultos – o que chocaria os leitores. A intenção era incutir as ideias com habilidade, aparentemente sem relação com objetivos políticos. Esse exemplo mostra que o Ministério da Propaganda nazista não se limitava a divulgar filmes racistas como *Le JuifSüss*, que só convenciam quem já era portador do vírus do antissemitismo. Havia o entendimento de que era preciso conceder ampla autonomia às editoras dos países vencidos, e que seria contraproducente arianizar as empresas judias, porque a população não gostava desse tipo de intervenção direta na produção das obras intelectuais. Bem mais produtivo seria negociar com Gaston Gallimard o cargo de editor chefe da *NrF* para o escritor Pierre Drieula Rochelle, atuando da mesma forma onde fosse possível.

A censura direta, correndo o risco de provocar o desejo de ler os livros proibidos - como foi o caso com *E o vento levou*, cujo preço no mercado negro subiu astronomicamente – era apenas um dos expedientes e não a finalidade dos propagandistas da nova ordem. Aliás, já haviam encontrado escritores diligentes que se anteciparam aos seus desejos, como o autor de novelas de escoteiros: Jean de La Hire, por vontade própria, escrevera no diário *Le Matin* reportagens sobre os franceses em êxodo – uma corrida rumo ao Sul do país –, reproduzidas com entusiasmo pelo *Deutsche Zeitung in Frankreich*. Ao relatar a saída precipitada dos compatriotas, exaltava a educação dos soldados da *Wehrmacht* que distribuía a

própria ração de pão e de leite às crianças; mas não dizia palavra sobre as dezenas de milhares de cadáveres de franceses, cujas vidas haviam sido ceifadas pela aviação alemã no modus operandi da *blitzkrieg* – estratégia da “guerra relâmpago” – desenvolvida durante a guerra de Espanha, em Guernica por exemplo. O romancista Jean de La Hire seria recompensado com a diretoria de uma editora arrancada a seus proprietários judeus. Mas perdeu, com isso, boa parte da confiança dos seus leitores, que não entenderam a reviravolta do autor até então considerado anti-alemão. Por um lado surda e cega, se lembrarmos Anastasie – a velha surda da caricatura – a censura também podia agir como sereia, infinitamente mais eficiente, usando seus atrativos para seduzir e capturar as presas em suas redes.

A apreensão do livro de Henri Alleg, *La Question* – publicado pelas Editions de Minuit na sequência de forte campanha – havia cartazes de propaganda colados até na Avenida dos Champs-Élysées – foi um contraexemplo, atraindo a censura para uma armadilha e comprovando a ineficiência das intervenções diretas, à luz do dia. *La Question* é uma denúncia da tortura empregada em larga escala pelo exército francês na Argélia, entre 1954 e 1957. Jérôme Lindon, o editor, antecipou-se à reação do poder político, induzindo a polícia a apreender os exemplares da obra. A irrupção dos policiais em dezenas de livrarias em fevereiro de 1958 provocaria grande comoção, potencializando as vendas às escondidas de 80.000 exemplares em poucas semanas. O General de Gaulle certamente tirou lições desses acontecimentos que não engrandeceram os últimos governos da Quarta República. O fundador da Quinta República se recusaria a mandar prender o escritor Jean-Paul Sartre, contrariando o seu Ministro do Interior, nos dias seguintes aos protestos de maio de 1968. A resposta dele, “não se prende Voltaire”, verdadeira ou apócrifa, mostra que De Gaulle tinha consciência da impopularidade de qualquer censura, quer sustentada num arcabouço jurídico específico, como no caso de toda apreensão de obra *a posteriori*, ou na arbitrariedade do poder, como ocorreu com a imprensa censurada *a priori*, que ostentava nas páginas dos jornais espaços em branco - indicando ao leitor que estava sob proibição - durante todos os anos daquela guerra sem nome.

O trabalho dos censores dentro das redações dos jornais, a quem eram submetidas as provas das matérias e artigos sobre a atualidade – incluindo as “operações de manutenção da ordem” na Argélia - lembrava o dos seus antecessores, que de agosto de 1914 a setembro de 1919, e de setembro de 1939 a maio de 1945, controlaram a imprensa como um todo. Durante a Primeira Guerra Mundial, o próprio exército assumiu a tarefa, com o apoio entusiasmado dos jornalistas, convencidos de que estavam fazendo uma guerra justa, da “civilização” erguida contra a “barbárie” alemã. No início da Segunda Guerra Mundial, o poder civil chamou a si o trabalho, colocando um escritor, Jean Giraudoux, para comandar os serviços da propaganda do Governo de Daladier. Após a queda do regime, com o Marechal Pétain tomando o poder, o seu sucessor designado, Pierre Laval cuidou pessoalmente da pasta da Informação, confiando a propaganda a diligentes subalternos enquanto instalava escritórios de censura em todo o território da zona não ocupada. A partir de 1943, os censores ficaram mais brutais, mas os arquivos relativos à evolução da opinião pública mostram que o esforço foi em vão e que os franceses se afastavam do Marechal Pétain e da sua “revolução nacional” à medida em que iam se conscientizando da sórdida realidade da Ocupação alemã: saqueio da França, deportação maciça dos judeus, massacre de reféns e assassinatos de resistentes, etc.

### **Quando a defesa dos bons costumes justifica a censura**

O trabalho desenvolvido na Europa pelas ligas de moralidade, entre 1880 e 1914 e no período entre as duas guerras mundiais, mostra a que ponto o conceito muito vago, nunca definido com precisão, de defesa dos “bons costumes” ou de proteção contra a “imoralidade”, a “licenciosidade” das ruas, ensejou o cerceamento das liberdades individuais e tolheu a difusão de novas ideias e tendências estéticas. Cada um por seu turno, os artistas cubistas, os dadaístas e os surrealistas foram alvo dos ataques; e as correntes anarquistas e comunistas sofreram o rigor da repressão policial e judiciária que tomou conta da Europa após a revolução bolchevique de 1917. Na França, as investidas contra o romancista Victor

Margueritte, após o lançamento do seu romance *La Garçonne*, em 1922, ilustram com clareza o repúdio das ligas de moralidade ao exercício, pelas mulheres, da liberdade conquistada a duras penas havia apenas alguns anos, remarcada em seus trajes e cortes de cabelo. O poder público cassou a comenda da Legião de Honra de Margueritte e a *Société des Gens de Lettres* – Clube dos Escritores, do qual era presidente honorário – se recusou a defendê-lo. Ele preferiu se demitir da associação profissional. Por vários meses, a proibição dessa obra foi prioridade da agenda do abade Bethléem e dos movimentos católicos de proteção da família. O sucesso dessas campanhas deu asas aos repressores e inspirou parte da sua ação na década de 1930.

Apoiados pela Federação Nacional Católica, movimento que contou com mais de dois milhões de membros e que recebeu o apoio do Vaticano e de bispos e cardeais influentes, o abade Bethléem e a *Revue des Lectures* – Revistas das Leituras – mobilizaram a opinião pública para exigir a proibição da exposição das revistas licenciosas ou eróticas na frente das bancas de jornais e para se apossar, paulatinamente, do direito de avaliar os espetáculos representados nos teatros municipais. Era simples a tática do padre que havia publicado *Romans à lire et romans à proscrire* em 1904, e nunca parou de reeditá-lo. Tratava-se de pressionar os eleitores para que obrigassem os Prefeitos a exercer o seu poder de polícia e, em nome de uma moralidade que se pretendia consensual, até mesmo universal, levá-los a reprimir qualquer ideia minimamente “subversiva” ou meramente incômoda. Foi assim que a adaptação cinematográfica da obra *Le Rosier de Madame Husson*, de Maupassant, com Fernandel no papel principal, foi alvo do abade censor, proclamado novo Savonarola, e proibida em muitos municípios. Embora pouco receptiva a essa campanha de moralização forçada, a esquerda francesa não ficou incólume: prefeitos do Partido Radical, como Edouard Herriot em Lyon, ou socialistas, como Roger Salengro em Lille, acabaram sujeitando-se e nomeando comissões de pais de família para analisar textos de peças de teatro e de óperas representadas em palcos de suas cidades.



Foi preciso que a Frente Popular vencesse, em junho de 1936, para que se afrouxassem os grilhões das ligas de moralidade. Três anos depois, porém, a adoção do Código da Família – conjunto de decretos-leis – por um governo dirigido por um homem de esquerda, Edouard Daladier, demonstraria o poder de corrosão das tais ligas. No período entreguerras, quando o número de nascimentos caiu para 600 mil ao ano, o pessimismo ganhou terreno e foi proibida a propaganda anti natalidade. Em 1942, no auge dessas campanhas na imprensa, uma mulher foi guilhotinada por ajudar uma vizinha a abortar. Já em 1940, as Prefeituras foram instadas a rever o acervo das suas bibliotecas, com base nas listas de proscrição publicadas no livro e na revista do abade Bethléem, e algumas destruíram dezenas de milhares de volumes.

Longe de se restringir à França, a censura havia se espalhado por toda a Europa onde, de qualquer maneira, os fascismos italiano e alemão estavam de sobreaviso e se consolidavam no mesmo viés autoritário as ditaduras polonesa, húngara, romena, portuguesa e logo mais a espanhola. Exatamente na Espanha, a chegada das tropas franquistas a Barcelona e Madri redundou em extensos autos de fé de livros e revistas – e é preciso dizer: não para espelhar os autos-de-fé nazistas, como se comentou, mas aplicando os critérios definidos pelos setores mais tradicionalistas da Igreja Católica.

Presente em mais de 132 países, a *Revue des Lectures* tornara-se, no mesmo período, referência absoluta em matéria de espetáculos, tanto em Montreal e no Quebec, onde nenhuma representação poderia acontecer sem os censores consultarem as fichas do abade Bethléem, quanto em Montevideo, onde o comitê das damas católicas também fiscalizava a moralidade dos teatros. Embora a consulta ao catálogo da Biblioteca Nacional do Brasil não comprove a presença de *Romans à lire et romans à proscrire* - ao passo que a obra é encontrada nos demais países latino-americanos -, a sua influência me parece flagrante nas listas de proscrição e no trabalho realizado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo já em 1924, ou pelo seu equivalente em Belo Horizonte, durante os governos Getúlio Vargas – ou seja, a partir de 1930. Nos dois casos, a



pretexto de combater o comunismo, a caça aos impressos provocadores estendia dos livros de Jorge Amado ao *Tarzan* de Edgar Burroughs. Ora, neste último caso, não podemos esquecer as diatribes do padre Bethléem contra os quadrinhos norte-americanos e italianos e seus ataques ao *Jornal do Mickey, Tarzan e Hurrah!* O mesmo espírito da cruzada profilática contra tudo o que pudesse ameaçar a “sanidade mental” dos adolescentes movia os inquisidores do século 20, e suas campanhas lograram o estabelecimento da autocensura que buscavam. Assim, os escritores, os artistas e os jornalistas que queriam manter um público eram mais ou menos obrigados a não violar códigos implícitos que a maioria dos Estados disseminou nesse período de crise profunda, tanto econômica quanto social e cultural.

No cinema norte-americano, a adoção do Código Hays – *Motion Picture ProductionCode* – em 1930, também marcou uma guinada. Nunca se enfatizou que esse código foi redigido por dois senadores católicos, que conseguiram facilmente sua aprovação por um Congresso majoritariamente protestante. Como sabemos, a duração de um beijo de cinema passou a ser estritamente cronometrada e a nudez terminantemente vetada. Devido ao combate à “obscenidade” – outro conceito nunca definido com rigor – escritores americanos mais, digamos, inconvenientes cruzaram o Atlântico. Henry Miller publicaria seus dois *Trópico*, em inglês, em Paris. O abade Bethléem, focado na denúncia das obras lançadas no próprio idioma, deixou um espaço de liberdade aos autores anglófonos, que aproveitaram para publicar, às margens do Sena, *Ulysses*, *Trópico do Câncer* e diversas outras obras, dando a ilusão aos anglo-saxões que a França era uma ilha de liberdade. Quando os países fascistas praticavam o auto-de-fé e a União Soviética vivia sob a repressão estalinista, restavam poucos espaços onde se conseguia escapar dessa censura. Foi assim até que o início dos anos 1960 marcasse uma nova era de liberação em quase todo o planeta.

### **A volta por cima do recalque**

Para a geração dos *baby boomers* que viveu a era dos shows de rock ao ar livre e vibrou com as músicas de Bob Dylan e Joan Baez, que leu sem barreiras os escritores da Beat Generation como Kerouac, Ginsberg e Burroughs, a censura parecia pertencer a um passado que não mais voltaria. A França reconheceu o direito de publicação das obras do Marquês de Sade e as ações judiciais em nome da defesa dos bons costumes ficaram mais raras após a condenação de Boris Vian, em 1950, pela publicação de *J'iraicrachersur vos tombes*. Jean-Paul Sartre podia então dirigir no teatro *La p... respectueuse* e Jean Genet *LesParavents*, sem que a extrema direita conseguisse barrar as representações. A adaptação para o cinema de *La Religieuse*, de Diderot, foi a última vítima de proibição em 1966, mas a venda direta nas ruas, nos bulevares, das revistas *HaraKiri* e, mais tarde, *Charlie Hebdo*, mostrava que o pós-1960 – ou pelo menos a década de 1970 – era outra época. Por todos os cantos, o cabresto estava afrouxando, embora, na América Latina, as ditaduras brasileira, argentina e chilena marcaram uma brutal estagnação para essas sociedades que também haviam experimentado a euforia da liberalização dos costumes após 1960.

A nosso ver, a guinada em retrocesso, depois do período pós-guerra, adveio da *fatwa* lançada contra Salman Rushdie, em 1989, quando multidões cheias de ódio desfilaram, em especial em Bradford na Grã-Bretanha, para exigir a execução do autor dos *Versos Satânicos*. O seu editor francês, Christian Bourgois, também foi ameaçado de morte; o mesmo aconteceu em todos os países onde a obra, inicialmente publicada em inglês, foi traduzida. No âmago das investidas contra o autor, os dirigentes religiosos do Irã pretendiam ditar a todo o mundo árabe-muçulmano um comportamento a adotar diante dos “blasfemadores” e “infiéis”, que deveriam ser mortos ou condenados ao silêncio. A América do Norte, representando o “Grande Satã”, e tudo que dela emanasse ou se aproximasse era diabólico e condenado à fogueira. Os termos não eram tão diferentes daqueles que o outro Miller, o Arthur retratara em *LesSorcières de Salem* alguns anos antes, embora o contexto fosse completamente diverso. Aliás, em uma dessas reviravoltas da história, os Estados Unidos viam se voltar contra eles o arsenal ideológico que desenvolveram durante a Guerra Fria, fazendo da União Soviética um Império do



Mal – agora os americanos eram pintados como o “Grande Satã” pelos aiatolás de Teerã.

Depois de 1989, as duas guerras no Iraque, em 1991 e 2003, e a queda do bloco soviético alteraram profundamente o cenário político. O Oriente Médio nunca mais viveu em paz e novos jihads foram lançados por autoproclamados emires – de Bin Laden e a Al-Qaïda ao Estado Islâmico ou o BokoHaram – pretendem impor ao mundo um novo modelo do fascismo e do totalitarismo. Detentores de uma verdade “revelada”, como outros antes deles – a exemplo dos primeiros Cristãos de Corneille em *Polyeucte* que estraçalhavam os “ídolos” pagãos, imitados pelos seguidores do Islã que explodem Budas de pedra no Afeganistão – esses fascistas do século 21 estranhamente lembram os “Soldados de Cristo” dos exércitos franquistas descritos pelo historiador britânico Paul Preston em *The Spanish Holocaust*. Com o subtítulo de *Inquisition and Extermination in Twentieth-Century Spain*, este livro, recém-publicado, destaca o caráter implacável da estratégia de eliminação dos adversários desenvolvida pelos insurgentes fascistas espanhóis, mas também o envolvimento militar de determinados padres que tomaram as armas - fuzis ou metralhadoras -, fazendo questão de assumir a sua parte na eliminação física dos republicanos. O historiador britânico não omite os incêndios de igrejas e os assassinatos de sacerdotes perpetrados pelos anarquistas na Catalunha, mas convida o leitor a refletir sobre o alcance da repressão franquista, organizada como uma verdadeira cruzada antibolchevique.

Os atentados terroristas dos últimos anos e as medidas tomadas pelo Estado Islâmico no seu Califato, no Iraque e na Síria entre 2014-2018 despertaram o mundo para o fato de que a censura poderia, de repente, voltar com tudo em plena contemporaneidade, assumindo as suas três faces já conhecidas: política, no bojo de um Estado que, ainda que autoproclamado, ostentava todos os principais atributos de um Estado de verdade, quando o seu território assim permitia; religiosa, já que o Islã ali é compulsório; e moral, já que os interditos são incontáveis. Uma censura que domina totalmente a vida das pessoas. O filme *Timbuktu*, de Abderrahmane Sissako (2014) expõe a intromissão da polícia dos



costumes no dia a dia dos habitantes de uma grande cidade, que não podem mais ler seus manuscritos antigos, nem ouvir música, fumar um cigarro ou beber uma gota de álcool. Como sabemos, os talibãs do Afeganistão e os adeptos da seita BokoHaram na Nigéria ainda somam a todas essas interdições a negação da escola para as meninas. Mais ainda: o Código Penal da Organização dos Estados Árabes, adotado em 1996, ampliou a repressão da *apostasia* em todos os países membros. Com isso, fecha-se o círculo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos é descartada, como despojos de uma época ultrapassada! Quanto às grandes campanhas de alfabetização para ambos os gêneros desenvolvidas pela UNESCO ao fim da Segunda Guerra Mundial, elas ficam esquecidas sob o pretexto do direito à diversidade, quando não, do respeito à variedade das culturas humanas.

Frente a esse relativismo cultural, que não é senão o disfarce de um fascismo rasteiro, outras ameaças pairam sobre as sociedades contemporâneas. Entre elas, a censura de ordem econômica é uma das formas mais preocupantes, porque é insidiosa e se esconde sob o aparente respeito aos direitos do consumidor. Essa é a premissa que determina, por exemplo, os rankings de livros mais pedidos na Amazon. Assim, como os seguidores da Zoella, uma Youtuber, especialista da maquiagem das adolescentes, haviam eleito o livro *Girl Online*, como o maior romance da literatura britânica de todos os tempos, a Penguin Book, poderosa editora londrina, resolveu lançar uma edição impressa, em 2014, participando dessa tentativa de *dumping* estético-literário em escala planetária. Esse episódio diz muito a respeito da censura econômica: a editora de tantas obras primas publicadas desde 1935 com o renomado selo do pinguim promove daquela maneira uma obra tão insípida soa como total falta de escrúpulos daqueles que “vendem tempo de cérebro disponível” aos anunciantes de todo o planeta. No caso da Zoé Sugg, nome verdadeiro da Zoella, *Girl Online*, depois ficar no Top 100 dos best-sellers em mais de oitenta países em 2014-2015, sumiu das telas quando o público descobriu que a Youtuber hiperativa – uma Stakhanova dos tempos da Internet – nem tinha escrito o romance, redigido pela sua equipe para inflar os números de audiência.



Poderíamos até achar graça nesta farsa grotesca, se fosse um caso único, mas os números alcançados pelos quatro volumes de *50 Tons de Cinza* – 40 milhões de livros vendidos em 18 meses – estão aí para demonstrar o extraordinário poderio das GAFA ou GAFAM, quando se acrescenta a Microsoft. Três delas – Amazon, Apple e Google – ficaram no topo do último ranking das empresas mais valorizadas do planeta. Comparando o valor da Amazon na bolsa, a principal vendedora de livros na Internet (150 bilhões de dólares) ao valor das dez maiores editoras do mundo (40 bilhões de dólares), vemos que dois universos estão frente a frente e que existe um antes e um depois da “Net-economia”.

Longe de serem neutros como pretendem, em matéria de opções oferecidas os consumidores, esses gigantes da nova economia, obedecendo à lógica de qualquer grupo financeiro, se empenham em esmagar todos os seus concorrentes e em substituí-los, sem ceder um naco sequer do mercado que controlam. Com isso, a edição mundial está sob a ameaça de novos conglomerados, que começam a editar por conta própria, a resenhar livros ou filmes, e a distribuir prêmios literários, como se quisessem convencer o público de que os intermediários de todo tipo se tornaram desnecessários. Já que basta comprar para votar e externar um juízo de ordem intelectual, o mercado está gerando as próprias regras e os rankings não emitem mais apenas um veredito econômico, mas participam da avaliação e da valorização estéticas. O quantitativo substitui o qualitativo; a obra de Stendhal, *Le Rouge et le Noir*, que não teve nem quinhentos compradores em 1830, e a tese de Fernand Braudel sobre *La Méditerranée autemps de Philippe II*, que só vendeu algumas centenas de unidades nos primeiros anos, devem ser relegados à seção de velharias. Pela lógica dos algoritmos, esses Leviatãs do mundo moderno deveriam ser substituídos com urgência por *Girl Online* e *Fifty Shades of Grey* nas escolas e universidades do mundo inteiro.

Diante dessas ameaças que estreitam tremendamente a janela de atuação do indivíduo, nem todos ficaram de braços cruzados e o movimento dos lançadores de alerta cresceram em ritmo acelerado. De Julian Assange e o Wikileaks a Edward Snowden, passando pelo coletivo de jornalistas que publicou os *Panama Papers*,

foram muitas as tentativas de fornecer ao cidadão meios para construir uma opinião própria. Grupos da Internet estão se organizando para seguir nessa tarefa de esclarecimento e conscientização e o site francês Mediapart deve grande parte do seu sucesso à proposta de não pensar no lugar do leitor ou do auditor, mas de lhe proporcionar as ferramentas imprescindíveis para elaboração de um julgamento crítico.

Poderia dar outros exemplos, na Europa ou na América, mas é fácil entender que há muito menos motivos para o otimismo do que cinquenta anos atrás, quando os jovens universitários americanos se posicionavam contra a guerra do Vietnã e seus congêneres franceses enfrentavam um poder decrépito. Se a História é uma sucessão de ciclos positivos e negativos, já ficou claro que é hora de sair de um ciclo B Kondratiev da censura, e só podemos ansiar pela virada do próximo ciclo, renunciando a bonança. Nada, porém, assegura que a história da censura siga as mesmas curvas da economia. E vale permanecermos lúcidos frente a todas as tentativas envidadas para obrigar as pessoas a abdicar da sua razão crítica. *SapereAude*(Ouse pensar)! A palavra de ordem dos Iluministas lançada por Immanuel Kant em 1784 continua sendo, portanto, o horizonte intransponível de quem recusa a censura e suas mil e uma faces, até mesmo resistindo ao sedutor canto das sereias que, já nos tempos de Ulysses amaciavam a voz para melhor enredar suas vítimas...

